

DOPING E MULHERES NOS ESPORTES

Dr. FABIANO PRIES DEVIDE

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física
da Universidade Salgado de Oliveira (Universo/RJ)
Faculdade de Educação Física do Centro Universitário Augusto Mota (UniSuam/RJ).
Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Semiótica do Esporte da Universidade Gama Filho (UGF/RJ).
e-mail: fabianodevide@uol.com.br

Dr. SEBASTIÃO JOSUÉ VOTRE

Programa de Pós-Graduação em Educação Física (UGF/RJ)
Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Semiótica do Esporte (UGF/RJ).
e-mail: sebastianovotre@yahoo.com

RESUMO

O objetivo deste ensaio é discutir o doping no esporte feminino. O texto aborda as barreiras culturais para a inserção das mulheres no esporte, a reserva masculina, a difusão do doping e as mudanças verificadas no corpo das mulheres atletas. Ao final, apresentamos algumas considerações sobre o doping na natação feminina, a partir de entrevistas realizadas com três atletas olímpicas do Brasil, participantes dos Jogos Olímpicos de Munique, 1976; Seul, 1988; e Sidney, 2000.

PALAVRAS-CHAVE: Doping; mulheres; esporte.

ASPECTOS CULTURAIS SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NO ESPORTE E A RESERVA MASCULINA

O esporte moderno e contemporâneo unificou um conjunto de valores como força, potência, velocidade, vigor físico e busca de limites – características valorizadas na sociedade e historicamente associadas à imagem da masculinidade –, fazendo com que o comportamento esportivo prototípico seja definido como um papel do gênero masculino (Rubio, Simões, 1999).

Esse contexto contribuiu para que as mulheres tenham rompido barreiras de gênero assentadas em pressupostos biológicos que as interpretam como inferiores aos homens na prática atlética. A estabilidade e permanência de tais barreiras vêm contribuindo para que elas sintam necessidade de transformar o próprio corpo, de instrumento de trabalho esportivo a instrumento de emancipação, para incluir-se no universo da competição esportiva, construída nas bases dos valores do campo em que elas estão em desvantagem. Nesse campo, a expectativa não é que elas se tornem mais femininas, ao contrário dos homens, para os quais o esporte foi e tem sido um meio de construção da masculinidade¹.

Segundo Hargreaves (2000), a homofobia presente nos esportes prejudica carreiras de homossexuais, sobretudo de mulheres lésbicas, que são alvo de acusações infundadas, tratadas como predadoras, um fator de risco para as atletas heterossexuais, uma marca do desvio e da degeneração. Essa realidade justifica a reserva com que as mulheres mais fortes, envolvidas em esportes que implicam força e velocidade, tentem esconder sua preferência sexual. Ironicamente, conforme se constata no texto de Hargreaves, os maiores riscos de molestações e assédio sexual nos esportes ocorrem por parte de dirigentes e atletas masculinos, heterossexuais.

Quando, a partir da década de 1960, na Europa, algumas mulheres começaram a sobressair no esporte de alto nível, com performance antes nunca vista, a reação social de fundo sexista não se fez esperar: várias atletas olímpicas soviéticas e alemãs consideradas “masculinas” foram condenadas por seu porte e características físicas, tendo sua identidade sexual questionada, o que fez com que a mídia, os

1. Neste contexto, homens frágeis e pouco habilidosos ou não envolvidos com os esportes, assim como mulheres atletas fogem dos padrões de homem forte e mulher frágil, sendo taxados de feminizados e masculinizadas. A naturalização da fragilidade, graça e delicadeza acaba fazendo com que as mulheres atletas justifiquem o desenvolvimento da estrutura física (contra-hegemônica) em termos da norma, e insistam em que músculos fortes não implicam lesbianismo, conforme veremos adiante, na análise das entrevistas.

fisiologistas e dirigentes esportivos renovassem seus interesses sobre as definições biológicas e sociais da feminilidade.

Da discussão resultaram algumas teses polêmicas, como a que afirmava que, em termos simbólicos, a mulher atleta de alto nível corria o risco de ser ou de tornar-se um “homem”, o que fez, inclusive, com que houvesse a demanda pelo teste de feminilidade, levantando a suspeita: “se ela for bem sucedida no esporte, ela poderá ser um homem” (Willis, 1994).

No cenário da absoluta maioria dos esportes de alto rendimento, a performance masculina é a norma através da qual realizam-se comparações e avaliações dos resultados femininos, e geram-se interpretações e rotulações como a definição das mulheres como esportistas de segunda classe, uma vez que nunca serão superiores aos homens. Temos um exemplo ilustrativo dessa tendência interpretativa quando a nadadora holandesa Inge de Brujin quebrou o recorde mundial de dezenove anos, nos cem metros borboleta, nadando a distância abaixo dos 57 segundos. Alguns atletas e treinadores comentaram que a marca era “fora do comum”, “muito perto do impossível” ou “muito rápido para uma mulher”, pondo a nadadora sob suspeita de doping (Romero, Romero, 2000).

Mulheres atletas freqüentemente deparam-se com a questão de como ultrapassar o abismo entre as expectativas culturais estereotipadas de sua feminilidade e os requisitos da excelência atlética. Para que isso não se torne mais um obstáculo à consolidação das mulheres no esporte de alto rendimento, é necessário que se repense o padrão feminino como um terreno de contestação, pois a concepção de feminilidade vai além dos aspectos estéticos do corpo feminino. As expectativas estereotipadas informam e legitimam práticas, atitudes e comportamentos implantados no imaginário social, que se consideram adequados às mulheres, criando e consolidando relações de poder desiguais entre os sexos. Aceitar os pressupostos desse imaginário implica em reconhecer e naturalizar uma série de restrições físicas e comportamentais ao acesso das mulheres ao campo do esporte (Messner, 1994). Supõe aceitar, como pacífica, a tese de Fernando Pessoa, segundo a qual as mulheres têm a graça, só aos homens cabe a graça e a força, enquanto a Deus cabe a perfeição. Pois se ambos os sexos procuram a perfeição como corpos sujeitos, reflexivos e autores de seu próprio destino (Stoer, Magalhães, Rodrigues, 2004), a graça e a força se desenvolvem e aprimoram com o exercício e o cuidado contínuos.

Para Willis (1994), tal é o poder explicativo e restritivo dos estereótipos implantados na cultura ocidental que o sucesso no esporte é interpretado como sucesso em ser masculino; quando pensamos em mulheres no esporte, a situação é contrária e a associação é perversa, uma vez que a atleta vive uma contradição severa: ser bem sucedida como atleta pode ser falhar como mulher, quando não se

pode contemplar os papéis socialmente designados para ela, como esposa, dona de casa e mãe/educadora.

Essas associações contribuíram para legitimar a atribuição de identidade masculina ao esporte, considerando-se os homens mais fortes do que as mulheres, e naturalizando a explicação dos motivos pelos quais o esporte passa a ser um campo interpretado como de domínio masculino, no qual as mulheres, desterritorializadas, têm enfrentado muitas barreiras através da história para conquistar o seu próprio espaço. Acabam sendo questionadas quanto a sua feminilidade, por terem de assumir uma postura competitiva, agressiva, de combate, em busca da vitória – valores pouco associados às mulheres, mas valorizados em relação aos homens (Messner, 1994; Dunning, Maguire, 1997) –, tendo que lutar contra ideologias culturais, pseudocientíficas e/ou religiosas, que as identificam com a fragilidade. Quando assumem compleição atlética, acima ou fora da norma socialmente correta, tendem a ser identificadas como portadoras de desvio sexual (Parrat, 1994; Théberge, 1994); portanto, convivem com novos e múltiplos desafios, além da própria violência simbólica² e do abuso sexual³ no esporte.

A IDENTIDADE SEXUAL DAS MULHERES ATLETAS

No início dos anos de 1960, as primeiras feministas estavam criticando arduamente a “mística feminina” imposta pela sociedade patriarcal, o que despertou a consciência para o caráter nefando e injusto do papel inferior atribuído às mulheres na sociedade em geral e no esporte em particular, bem como do papel nefasto dos médicos e outros profissionais da saúde e dos serviços sociais, que contribuíam para reforçar a ideologia da reserva masculina no esporte e, especificamente, para do mesmo excluir as mulheres.

Os médicos – homens – estavam envolvidos em legitimar poderes e em definir e rotular desvios morais e sexuais. Os psicólogos estavam preocupados com a

2. Um aspecto ilustrativo dessa forma de violência, é a variedade de piadas sexistas que agridem mulheres esportistas e o grande número de mulheres que trabalham gratuitamente para o esporte masculino.

3. O *Norwegian Women Project* desenvolveu um estudo, *Females, elite sports and sexual harassment*, com 660 mulheres atletas, representantes de 58 esportes, de 15 a 39 anos, das categorias júnior e da seleção nacional; e outro grupo controle, de 785 meninas e mulheres da mesma idade que não eram atletas de elite, que responderam a um questionário sobre abuso sexual no esporte. Os resultados mostraram que 51% das atletas de elite vivenciaram uma ou duas formas de abuso sexual, porém em maior frequência fora do ambiente esportivo; 59% das não atletas também sofreram algum tipo de abuso; 28% das atletas tiveram algum abuso sexual no esporte proveniente de uma autoridade esportiva ou de outros atletas (Fasting, Brackenridge, Sundgot-Borgen, 2000).

identidade de papéis sexuais das atletas e alegavam ocorrer um conflito de funções entre as mulheres atletas em virtude da incompatibilidade entre esporte e os atributos e encargos da feminilidade. Nessa mesma época, o aumento de ginecologistas, a introdução do contraceptivo oral e o controle hormonal do ciclo menstrual, tornaram-se tópicos importantes no debate sobre as mulheres e os esportes (Rail, 1990).

Nos XVIII Jogos Olímpicos de Tóquio, 1964, as mulheres corresponderam a 13,3% do total de atletas, representando um recorde de 53 países, aumentando o número de participações no programa olímpico (Welch, Costa, 1994; International Olympic Committee, 2000, DeFrantz, 1999, 2000). Apesar dessa conquista, as mulheres continuavam a deparar-se com obstáculos no acesso às profissões de mais prestígio (Muraro, Puppini, 2001). Araújo (2001) constata que tiveram de construir novas estratégias sob pena de perder os novos espaços – as mulheres eram questionadas em sua demanda por presença. Tiveram que adquirir habilidade para lidar com algumas categorias cruciais, como política de idéias e política de presença (p. 86), e sobretudo as categorias justiça, diversidade/tolerância, e interesses grupais e individuais. Tolerar a pressão do estereótipo sexista, num certo momento, foi a mais difícil urgência.

A preocupação com as características biológico sexuais das participantes se exacerbou a tal ponto que o ano de 1966, durante o campeonato europeu, em Budapeste, a Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) ordenou que todas as competidoras desfilassem nuas diante de três médicas mulheres ginecologistas, para serem examinadas visualmente, antes de lhes ser permitido competir. Como se tal não bastasse, no ano seguinte, ao exame visual foi adicionado o teste cromossomial (Rail, 1990). Todo esse processo humilhante de verificação de feminilidade ocorreu em virtude de uma acusação segunda a qual atletas pseudohermafroditas estariam competindo (Welch, Costa, 1994).

Em 1968, na cidade do México, o teste cromossomial e visual foi utilizado pela primeira vez nos XIX Jogos Olímpicos. O chefe da equipe examinadora declarou aos repórteres que o exame de quase oitocentas atletas o convenceu de que o esporte as deixava feias, com corpos rígidos e fortes. Nesse mesmo espírito, os repórteres norte-americanos já tinham rotulado as irmãs russas Irina e Tâmara Press, campeãs olímpicas em 1964, de "irmãos Press", o que indicava o quanto a entrada das mulheres no esporte de alto-rendimento e no mundo dos músculos masculinos incomodava a imprensa e os médicos.

Para piorar a situação insustentável em que se encontravam as mulheres, o cenário esportivo assistiu ao crescimento de fármacos associados ao aumento de potência e resistência, com ênfase para os esteróides anabolizantes, que foram considerados ilegais nos Jogos a partir de 1968. Quando uma mulher era flagrada

com um ou mais indicadores de que poderia estar dopada (diminuição dos seios, engrossamento da voz, crescimento de pêlos, musculatura muito desenvolvida, amenorréia), passava a ser considerada suspeita em termos de orientação e identidade sexual. Portanto, além do uso de esteróides, que passou a ser considerado doping (Rail, 1990), via crescer a restrição social, de fundo moral.

Na década de 1970, com o aumento da visibilidade das lutas e movimentos em prol da emancipação e autonomização das minorias, e especificamente no caso feminino, grupos de mulheres intelectuais e líderes nos diferentes campos da atividade pública começaram a redefinir papéis sociais e de gênero, a exemplo da política e do trabalho, inclusive no trabalho do esporte de alto rendimento. A força física e os músculos femininos passaram a ser interpretados como mais aceitáveis com o desenvolvimento do movimento norte-americano do *fitness*, que favorecia as mulheres em algumas modalidades esportivas, nas quais se cultuava a beleza e a juventude do corpo feminino. Já os esportes de contato e força – sobretudo os de equipes coletivas –, eram associados à celebração da masculinidade e considerados inadequados, inaceitáveis e forçados ao gênero feminino. Nessa época, de acentuada homofobia (Hargreaves, 2000), surgiu o rótulo “masculinizante” (*mannish*) para os jogos de equipes, interpretados como possíveis identificadores ou causadores de desvios de gênero na infância e adolescência, podendo ser preditores do lesbianismo entre as praticantes (Rail, 1990).

MUNIQUE, MONTREAL E MOSCOU: A DIFUSÃO DO DOPING NOS JOGOS OLÍMPICOS

Nos XX Jogos Olímpicos de Munique, 1972, pela primeira vez reuniram-se mais de mil atletas mulheres, representantes de 65 países, disputando oito modalidades (Internacional Olympic Committee, 2000). Era o início da arrancada feminina definitiva na participação olímpica, que se firmou na década de 1980, com as mudanças nas políticas internas do Comitê Olímpico Internacional (COI) acerca do esporte feminino, reflexo dos avanços das mulheres nos redutos masculinos, em diferentes campos da atividade pública.

Em Munique, as alemãs orientais dominaram as provas de atletismo; as norte-americanas e australianas dividiram as medalhas na piscina; as russas e alemãs as dividiam na ginástica, emergindo nomes que ficariam para a história dos Jogos: a nadadora australiana Shane Gould, de 16 anos, tricampeã olímpica; e a russa Olga Korbut, de 17 anos, campeã nas provas de solo e trave, em que introduziu o salto mortal para trás (Cardoso, 2000).

Um número expressivo de jornalistas e atletas passou a chamar a atenção

para a mudança drástica na estrutura corporal de muitas atletas alemãs orientais nos Jogos Olímpicos de Munique, mas apesar de nesse evento os recordes femininos estarem sendo quebrados constantemente, e de forma drástica para os parâmetros da época, pouco foi feito para detectar ou prevenir o uso de anabolizantes entre as atletas. As competições femininas em Munique tiveram como principais medalhistas as mulheres dos países socialistas (Costa, 2000)⁴.

Nos XXI Jogos, em Montreal, 1976, as mulheres participantes alcançaram a marca de 20,7% do total de atletas nos Jogos, disputando os esportes coletivos – basquete e *handball* e ingressando no remo (Welch, Costa, 1994; Internacional Olympic Committee, 2000). Entre os grandes nomes femininos dos Jogos, estava a nadadora da Alemanha Oriental Kornelia Ender⁵ que aos 17 anos era tetra campeã olímpica no Canadá, batendo quatro recordes mundiais. Também ficou gravado, na história, no lado mais feminino dos Jogos o nome da pequena Nadia Comaneci⁶, a “menina nota 10”.

Um aspecto relevante ocorrido na década de 1970 foi o uso indiscriminado de esteróides anabolizantes entre mulheres atletas, sobretudo as européias. As alemãs orientais, muito comentadas por sua aparência “masculina”, competiram e brilharam em Montreal, 1976, marcados como os “Jogos Anabolizantes” (Costa, 2000), vencendo onze das treze provas olímpicas da natação e nove das quatorze provas do atletismo, originando as primeiras suspeitas oficiais de dopagem.

As autoridades do esporte de alto rendimento da Alemanha Oriental reagiram à suspeita, afirmando que o seu sucesso era resultado de um treinamento

4. No Brasil, praticamente não há literatura relevante sobre doping na natação e mesmo em esportes como o atletismo, a referência convencional é de natureza jornalística. Mesmo em obras como *Ética profissional na educação física*, organizada pelo professor João Batista Tojal (2004), contam-se poucas referências a dopagem. O único texto com item específico é *Esporte, ética e intervenção no campo da educação física*, de Gomes e Constantino. O *Atlas do Esporte no Brasil*, organizado por Lamartine DaCosta Pereira (2004), contém informações básicas sobre a dopagem e as medidas tomadas no Brasil.

5. Kornelia foi “construída” num centro de treinamento de atletas de alto nível, submetendo-se a um programa científico que a transformou numa das maiores nadadoras de seu tempo com apenas 17 anos de idade (Cardoso, 2000). Mas sempre restará a dúvida de saber-se até onde ia o talento da garota prodígio e onde começava a fraude química dos esteróides anabolizantes, utilizados pela equipe alemã oriental na década de 1970.

6. Nascida na Romênia, em 1961, Nadia começou a ginástica aos 5 anos, entregue aos treinamentos de Bela Karoli. Foi campeã européia aos 13 anos e em Montreal, enfrentou a melhor safra de atletas soviéticas, como Nelli Kim e Lyudmilla Tourischeva, sendo considerada a atleta mais completa da competição. Em Moscou, 1980, retornou para ganhar nas provas de trave de equilíbrio e no solo (Cardoso, 2000).

esportivo elaborado sob bases científicas, em conjunto com um treinamento com pesos, ainda não efetuado em outros países com mulheres atletas porque – supunha-se – poderiam causar efeitos fisiológicos e principalmente psicológicos entre as atletas, que viviam numa sociedade que as recriminaria caso obtivessem aquele biotipo físico pouco feminino (Rail, 1990).

Na década de 1980, os médicos começaram a preocupar-se de forma sistemática com esportes que pudessem provocar desconforto ou lesões nos seios, e amenorréia em atletas. O Colégio Americano de Medicina Esportiva divulgou sua opinião a favor da participação feminina em modalidades esportivas de longa distância. A mesma opinião médica que até 1960 excluiu mulheres de provas acima de 200 metros, em 1984 passou a incluir as mulheres na prova considerada mais dura do atletismo: a maratona⁷.

No cenário mundial, depois da divulgação de um relacionamento homossexual da tenista Billie Jean King, o tópico da orientação sexual entre as atletas tornou-se uma discussão aberta para o público. Outra fonte de rejeição abria-se à participação das mulheres, agora centrada na sua orientação sexual. Por outro lado, as mulheres experimentavam outras formas de discriminação bem concretas. Por exemplo, apesar do maior número de mulheres participando do esporte de alto nível, elas continuavam a ter menos eventos em que poderiam participar e recebiam prêmios menores do que os oferecidos aos homens.

Os XXII Jogos Olímpicos de Moscou, 1980, foram marcados pelo boicote dos Estados Unidos e mais 62 países, contra o regime comunista. O boicote reduziu bruscamente o número de participantes nos Jogos de 1980 e, por alguma razão que está para ser esclarecida, não houve relato de doping nos Jogos de Moscou. O resultado do boicote de 1980 foi uma divisão das medalhas entre soviéticos e alemães orientais. Na natação feminina, construída sobre os pilares do uso indiscriminado do doping, as alemãs orientais venceram 11 das 13 provas, quebrando cinco recordes mundiais e quatro olímpicos, destacando-se Bárbara Krause e Rica Reinish, ambas bicampeãs olímpicas e recordistas mundiais. No atletismo, as medalhas de ouro foram divididas com as russas.

Parry (1998, p. 12), ao propor uma agenda para discussão sobre a ética da administração de fármacos, levanta uma série de questões sobre a moral da disputa nos jogos olímpicos, ante a desigualdade de oportunidades associada a raça, sexo e

7. Tal decisão ilustra o caráter fisiológico e pontual das decisões médicas quanto ao esporte feminino. Pois, após o ocorrido em 1928 nos 800 metros rasos, retiraram-se as provas femininas maiores que 200m do programa de atletismo. No entanto, foi a própria opinião médica que décadas depois sugeriu a inclusão da maratona feminina no programa de atletismo, assim como as demais provas acima dos 200m rasos.

status sócio-econômico. O debate abre novas perspectivas para a formulação de políticas globais de inclusão e respeito à diferença, que, levadas a sério, desafiam o COI sobre como propugnar por justiça num quadro de per si injusto.

O DOPING E AS MUDANÇAS NO PADRÃO CORPORAL DAS MULHERES ATLETAS NADADORAS

Nos Jogos de Montreal, a divisão do mundo mergulhado na Guerra Fria estava simbolizada no maior palco esportivo mundial, com os Estados Unidos dominando as provas masculinas e a Alemanha Oriental as femininas (Cardoso, 2000). A Alemanha Oriental destacou-se pelos resultados e pela aparência “masculina” de suas atletas, conforme já dissemos. Suas nadadoras ganharam visibilidade mundial com os jogos olímpicos e contribuíram para que se modificassem as representações sociais sobre o corpo das atletas de alto rendimento, principalmente da natação e do atletismo. A crítica a um modelo de corpo forte e musculoso, construído através do esporte, começou a tornar-se freqüente e a influenciar o desenvolvimento da carreira de algumas atletas, sobretudo em nosso país.

Com efeito, aquelas atletas olímpicas que se despediam das raias das piscinas brasileiras aconselhavam as futuras promessas a se despirem do medo do preconceito. Em entrevista à *Revista do Fluminense*, Flávia Nadalutti tenta esclarecer às mulheres que pensam que a natação masculinizava o corpo feminino:

posso aconselhar as moças que estão em início de carreira: o importante é cuidar do corpo, dos músculos e se entregar ao esporte. [...] A Kornélia da Alemanha Oriental [...] é uma moça forte, maciça, mas com um riso lindo. Feminina. Lá dentro, era muito mulher, ao contrário do que deixava transparecer o seu aspecto físico. Na natação, a gente sente aflorar os músculos. Eles se tornam rígidos. Mas quando a gente pára tudo volta ao normal (TAVARES, 1979, p. 4).

A fala de Flávia fundamenta-se na proposta de liberação sem revolução, sem quebra das estruturas, e convive com os estereótipos heterossexuais do homem e da mulher branca. Defende a permanência dicotômica masculino/feminino normativizados e naturalizados e, portanto, confirma a tendência, claramente delineada por Hargreaves (2000), de salientar o papel estabilizado da feminilidade grácil, leve, apesar dos músculos e da aparência. O corpo que é forte seria indicativo de um corpo que se idealiza feminino, apesar da evidência visual e do desempenho configurarem estreita correlação com os padrões masculinos.

Consideramos também indiciadora das tensões no esporte feminino a declaração da nadadora Maria Elisa Guimarães, que participou de uma propaganda do governo, cujo objetivo era incentivar as mulheres para a prática da atividade física:

Eu fiz uma campanha, promovida pelo governo brasileiro. [...] na televisão, [...] eu vinha nadando... parava de nadar, eu falava: “– Moças também podem participar do esporte. É, o esporte é bom, faça esporte”. [...] Pra mostrar que eu era uma moça, que eu não era nenhuma aberração... [...] Isso, se você for pensar... é absurdo. [...] em 74, 75, [...] alguém dizendo, avisando pra população, de que moças também podem fazer esporte. (Maria Elisa Guimarães Zannini, Rio de Janeiro, 19 mar. 2001).

Perfeitamente, mais uma vez adequa-se o discurso e enquadra-se as mulheres atletas brasileiras como mulheres femininas, e não como “aberrações”, masculinizadas, lésbicas, diríamos. Maria Elisa denuncia o que fazia, considera absurdo ter que fazer a propaganda com esse tipo de mensagem na década de 1970 –, mas não esclarece o que considera “aberração” (uma mulher com físico másculo, como o das alemãs?). O discurso se converte em uma declaração paradoxal, porque não denuncia a “aberração” e, sim, destaca o absurdo de defender que “moças também podem praticar esporte”.

Mais tarde, ainda na década de 1980, Patrícia Amorim e sua geração passaram pela mesma experiência, acrescida da constatação da diferença entre sua capacidade física e a de suas concorrentes européias. A nosso entender, a fala de Patrícia identifica o caráter conservador da natação brasileira, fiel às normas, contra a ousadia dos países que construíam suas atletas através da intervenção química. Temos aí uma das mais plausíveis explicações de por que a natação brasileira, e sul-americana naufragou, perante as atletas chinesas e alemãs, construídas pelo doping.

Eu peguei uma época de doping fortíssimo na Alemanha Oriental. Logo [...] depois vieram as chinesas! [...] Eu peguei o doping quando o doping não era descoberto ainda. Então, eu nadava com “homens”. Então, difícilímo. Foi uma época muito difícil de conseguir resultado internacional... (Patrícia Amorim Sihman, Rio de Janeiro, 3 ago. 2001).

Nadar com homens poderia ter sido a alternativa de treinamento de Patrícia, para competir com os “homens” com que nadava nas raias internacionais. O depoimento permite inferir que a disputa era injusta e perversa, pois não havia parâmetros de comparação.

REPRESENTAÇÕES DE ATLETAS OLÍMPICAS SOBRE O DOPING NO ESPORTE E NA NATAÇÃO FEMININA

A prática do doping como meio de melhoria do desempenho é uma marca presente no discurso das colaboradoras desse estudo, representantes das gerações pós-1970. Foi nessa época, especificamente entre os Jogos Olímpicos de Munique (1972) e Montreal (1976) que o doping tornou-se uma preocupação do COI.

O esporte, principalmente o feminino, explorado por países da Cortina de ferro e de economias capitalistas desenvolvidas, auxiliou na construção e na promoção de suas potências armamentistas, econômicas e políticas, tendo os corpos das atletas como principal via de conquista (Welch, Costa, 1994; Costa, 2000). Voltar o olhar para o desenvolvimento e o incentivo do esporte feminino foi uma forma de fazer com que um país sobressaísse no cenário mundial⁸.

Na década de 1970, o uso indiscriminado de esteróides entre as atletas foi visível. Alemãs orientais, marcadas pela aparência masculinizada, competiram em Montreal, 1976, vencendo a maioria das provas olímpicas da natação e do atletismo sob suspeita de doping. Mais tarde, investigações constataram que a Alemanha Oriental conduziu um programa de doping sistemático entre 1970 e 1980, tendo como maiores vítimas as mulheres, que processaram médicos e treinadores pelos efeitos do doping em suas vidas (Hammer, Biehl, 2000).

Vamos repetir o depoimento de Patrícia, na parte que enfatiza o desequilíbrio na potência das competidoras: “Então eu nadava com *homens*. [...] Foi uma época muito difícil de conseguir resultado internacional [...]” (grifo meu). O discurso de Patrícia ancora a representação – consensual, mas polêmica – de que as mulheres que se dopam tornam-se mais fortes e têm um desempenho atlético muito melhor, tornam-se “homens”, pois alcançam resultados desproporcionais à capacidade atlética que uma mulher “normal”, como Patrícia, mesmo que exponencial, poderia atingir; além de modificarem o seus corpos de forma desproporcional ao padrão feminino, inclusive o atlético.

Na América do Sul, atletas e técnicos trabalhavam com pouco acesso às informações sobre a evolução da ciência do treinamento esportivo, em pleno desenvolvimento nos países da Cortina de ferro e nos países de economia capitalista desenvolvidas, liderados pelos Estados Unidos. Esse fator, em conjunto com a profissionalização do esporte e a dopagem, que se tornou uma prática corrente entre os membros de algumas equipes, dificultou o surgimento de resultados internacionais expressivos no esporte feminino individual, especialmente na natação feminina, quando nossas nadadoras se tornaram presas fáceis, “vítimas”, como afirma Maria Elisa Guimarães, do excepcional resultado das alemãs orientais e russas, que, por sua vez, anos mais tarde, foram vítimas dos efeitos colaterais irreversíveis do uso indiscriminado dos esteróides anabolizantes.

8. Boutillier et al. (1991), analisando os resultados dos Jogos Olímpicos de Seul, concluíram que o sistema de governo pode ser o principal fator para o sucesso olímpico das mulheres, especificamente o sistema socialista, que havia promulgado políticas públicas que refletiam o seu compromisso ideológico com o esporte feminino.

Na década de setenta não havia o controle pra utilização dos anabolizantes. [...] As atletas da Alemanha Oriental, muitas americanas, muitas russas... É, o pessoal da Cortina de Ferro, [...] *elas foram vítimas* [...] e nós, as sul-americanas que não usávamos, *fomos vítimas do bom resultado delas*. [...] você não precisa esforço nenhum pra poder pegar as fotos daquela época, e ver que aquelas mulheres, eram absurdamente gigantes! [...] Musculaturas desproporcionais ao corpo de uma mulher. [...] Na década de 70, [...] passaram a investir muito no atleta... E, essas coisas acabaram acontecendo. (Maria Elisa Guimarães Zannini, Rio de Janeiro, 19 mar. 2001).

Absurdamente gigantes, eis como se afiguravam, para as latino-americanas, e brasileiras em particular, as competidoras anabolizadas. A idéia da proporção, da forma esperada, da massa muscular aceitável, tudo estava sendo desconstruído como se uma onda de pós-modernidade, a serviço da indústria esportiva do espetáculo, tivesse atingido os centros de treinamento em busca de novas fórmulas, contingentes, que eliminassem o valor essencial do desempenho centrado no esforço individual, na superação dos próprios limites; além da violência física e simbólica refletida no corpo de mulheres atletas púberes, vitimizadas pela indústria cultural do esporte de alto rendimento, que lhes trouxe graves reflexos posteriores, como a geração de filhos com má formação, entre outros.

Ainda nos dias atuais, o avanço tecnológico permite que a dopagem ocorra em várias instâncias em que não pode ser detectada nos exames antidoping. Esse aspecto, ao lado do profissionalismo no esporte e do peso mercantil dos patrocinadores, tem contribuído para que atletas submetam-se ao uso dessas substâncias atingindo marcas fantásticas, despertando a dúvida, desconfiança, revolta contra injustiça, contra a desigualdade de oportunidades, daquelas atletas que não as administram:

[...] o doping é uma coisa muito séria no esporte [...]. Nas Olimpíadas, eu duvidei de muita coisa. [...] As pessoas têm muita tecnologia [...]. Coisas que o brasileiro, sabe? [...] ele às vezes é até melhor... Mas as pessoas usam substâncias ilegais e estão competindo, sabe? [...] numa desigualdade. [...] tem muito doping hoje no esporte. Muito doping. (Fabiola Molina, Rio de Janeiro, 25 mar. 2001).

A idéia da tecnologia no depoimento de Fabiola aponta para um leque de interpretações possíveis dentre as quais cabe citar os métodos de treinamento, mas também de anulação dos efeitos das drogas, desenvolvidos nos laboratórios dos centros de pesquisa dos países desenvolvidos, de modo que as substâncias dopantes não possam ser detectadas. A atleta aponta precisamente para a desigualdade que se cria como resultado de condições desproporcionais de competitividade.

Após o fim dos anos de 1960 e início da década de 1970, a natação, um esporte que se profissionalizou, passou pelo dilema do doping tendo os Jogos Olímpicos de Munique e Montreal como palco que conferiu visibilidade às atletas da

Cortina de ferro, principalmente alemãs orientais e russas, que trouxeram para a cena esportiva mundial um novo padrão de corpo atlético feminino resultante do treinamento esportivo desenvolvido nas piscinas e salas de musculação, e do uso de esteróides anabolizantes.

Esse fato fez com que a comunidade médica e a sociedade em geral assistissem ao surgimento ou ao recrudescimento de uma representação circulante de que a natação, ao contrário do que representou no início do século XX, entre as décadas de 1970-1990, masculinizava as mulheres (Devide, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de transformações lentas, avanços e recuos, as atletas entrevistadas neste ensaio identificam e reconhecem as resistências sociais que foram apresentadas às mulheres atletas a partir dos anos de 1970, com o advento do doping.

Ao lado das resistências de raízes biológicas e culturais, centradas na representação de um corpo feminino forte e masculinizado na segunda metade do século XX, imerso no uso indiscriminado do doping, as mulheres também esbarram nas dificuldades de encontrar patrocínios, de conciliar estudos universitários e/ou casamento aos treinamentos, além de se ressentirem de pouco espaço na imprensa esportiva.

Da discussão anterior depreende-se que se trata de quadro hipercomplexo o que se desenha para as mulheres que fazem carreira no esporte de alto nível, ante as representações restritivas, resultantes da eleição de homens e mulheres brancas, heterossexuais, como norma e ponto de referência para ações públicas e privadas. O lugar das diferentes é o lugar do silêncio, da negação da diferença, da simulação de pertencimento aos grupos majoritários. Trata-se, do ponto de vista de gênero, da farsa da inclusão.

Por outro lado, a administração de fármacos modifica a forma e o volume do corpo feminino, atribuindo-lhe características fora do normal, e altera sua performance, desequilibrando a justiça da disputa entre mulheres que não se dopam e aquelas que constroem o seu desempenho sobre as bases do doping. O ideal da igualdade de oportunidades encontra-se quebrado, conforme salientamos anteriormente, pelas condições oferecidas às atletas pelos países do norte ocidental, a exemplo de Estados Unidos e Europa, contra os africanos e sul-americanos. A nutrição, a tecnologia de treinamento e as oportunidades para avanço na carreira atlética configuram-se como desigualdade.

Admitindo-se que seja possível controlar o doping em escala mundial, flagrar os que o administram, evitar o seu uso, ainda assim, não se terá alcançado a sonha-

da – e ingênua – igualdade de oportunidades. Temos evidência de que o doping feminino consolidou-se nos países da Cortina de ferro, porque seus mentores descobriram o filão que seria a dopagem de suas atletas e a transformação do quadro de medalhas a seu favor, não em busca da igualdade, e sim da visibilidade mundial, interpretando o esporte como uma metáfora da força armamentista, política e econômica de cada país.

Não temos evidência, por outra, de que forma se comportavam os demais países europeus, e da América do Norte. De qualquer modo, cabe enfatizar que os mais ricos, detentores de tecnologias mais avançadas de detecção de talentos, acompanhamento e aprimoramento de seus atletas, e de nutrição específica, bem como de recursos especiais de natureza bioenergética, produzem e produzirão atletas cada vez mais fortes e robustos, mais resistentes e mais altos, com maior velocidade, flexibilidade e força, enquanto países como o Brasil estarão lutando nos patamares inferiores. Portanto, além do desafio sobre como controlar e flagrar o uso de drogas cada vez menos perceptíveis, convivemos com o paradoxo da justiça localizada, em oposição à assimetria gigantesca, entre os países que dispõem de recursos, tecnologias e nutrientes, e os outros.

Doping and women in sports

ABSTRACT: This essay aims to discuss the doping in feminine sport. The discussion in this work tells about the cultural barrier for the participation of women in sports, the male reserve, the diffusion of doping in sport, and the transformations in the body model of women's athletes. To conclude, we present some assumptions about doping in feminine swimming, from some interviews with three olympic athletes, participants in Munich (1976), Seoul (1988), and Sidney (2000) Modern Olympic Games.

KEY-WORDS: Doping; women; sport.

Dopingy mujeres en el deporte

RESUMEN: En este ensayo nos proponemos analizar el doping en el deporte femenino. Hablamos de las barreras culturales que las mujeres tienen que superar en el deporte, la reserva masculina, la difusión del doping y las transformaciones que se han verificado en el cuerpo de las mujeres atletas. Para concluirlo, presentamos algunas proposiciones sobre el doping en natación femenina. Los datos vienen de tres atletas olímpicas brasileñas, que han participado en los Juegos Olímpicos de Munich, 1976; Seúl, 1988, y Sydney, 2000

PALABRAS CLAVES: Doping; mujeres; deporte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, R. M.; PUPPIN, A. B. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2001.

BOUTILIER, M. A.; SAN GIOVANNI, L. F. S. Ideology, public policy and female olympic achievement: a cross-national analysis of theseoul olympic games. In: LANDRY, F.; LANDRY, M.; YÉRLES, M. (Eds.). *Sport... The third millennium* – proceeding of the international symposium. Sainte-Foy: Les Presses de L'Université Laval. p. 397-409, 1991.

CARDOSO, M. *Os arquivos das olimpíadas*. São Paulo: Panda Books, 2000.

COSTA, D. M. Editions of women olympic competition. *Conferência apresentada no Fórum Olímpico 2000: O movimento olímpico em face ao novo milênio*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mimeo, 2000.

DaCOSTA, L. P. (Org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

DeFRANTZ, A. L. The changing role of women in the olympic games. In: GEORGIADIS, K. (Ed.). *Report of the thirty-seventh session of the international olympic academy*. Ancient olympia: International Olympic Committee (IOC). p. 69-90, 1999.

_____. 100th Years of women's participation in the olympic games and still they came. *2nd IOC World Conference on Women and Sport*. Paris: International Olympic Committee, 2000.

DEVIDE, F. P. *História das mulheres na natação brasileira no século XX: das adequações às representações sociais*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho. 347p., 2003.

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. *Estudos feministas*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 312-348, 1997.

FASTING, K.; BRACKENRIDGE, C.; SUNDGOT-BORGEN, J. *Females, elite sports and sexual harassment – the norwegian women project 2000*. Norway: Norwegian Olympic Committee, 2000.

GOMES, M. C.; TURINI, M. Esporte, ética e intervenção no campo da educação física. In: TOJAL, J. B. (Org.). *Ética profissional na educação física*. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

HAMMER, J.; BIEHL, J. The price of glory. *Newsweek*. New York, May 29, v. CXXXV, n. 22, p. 19, 2000.

HARGREAVES, J. *Heroines of sport: the politics of difference and identity*. London: Routledge, 2000.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *The promotion of women in the olympic movement*. IOC policy and initiatives. Lausanne: Department of International Cooperation/IOC, 2000.

MESSNER, M. Sports and male domination: the female athlete as a contested ideological terrain. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (Eds.). *Women, sport, and culture*. Champaign: Human Kinetics. p. 65-80, 1994.

MURARO, R. M.; PUPPIN, A. B. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2001.

PARRAT, C. From the history of women in sport to women's sport history: a research agenda. In: COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. (Eds.). *Women and sport*. Champaign: Human Kinetics. p. 5-14, 1994.

PARRY, J. Physical education as olympic education. *European physical education review*. v. 4, n. 2, 1998.

RAIL, G. Women's sport in the post-war period. *Thirtieth session of the international olympic academy: women in the olympic movement*. Ancient Olympia: IOC, p. 111-123, 1990.

ROMERO, R. A.; ROMERO, J. A. (Eds.). O que os americanos acham de Inge? *Swim it up! O jornal da natação competitiva*. Londrina, v. 4, n. 40, p. 14, 2000.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De protagonistas a espectadoras: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento*. Porto Alegre, ano V, n. 11, p. 50-56, 1999.

STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M.; RODRIGUES, D. *Os lugares da exclusão social*. Um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, M. Pensando a arquitetura. *Revista Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 200, p. 4, nov./dez., 1979.

THÉBERGE, N. Toward a feminist alternative to sport as a male preserve. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (Eds.). *Women, sport, and culture*. Champaign: Human Kinetics. p. 181-192, 1994.

TOTAL, J. B. A. G.; DaCOSTA, L. P.; BERESFORD, H. *Ética profissional na educação física*. Rio de Janeiro: Shope, 2004.

WELCH, P.; COSTA, D. M. A century of olympic competition. In: COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. (Eds.). *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign: Human Kinetics. p. 123-138, 1994.

WILLIS, P. Women in sport ideology. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (Eds.). *Women, sport, and culture*. Champaign: Human Kinetics. p. 31-45, 1994.

Recebido: 31 jan. 2005

Aprovado: 05 abr. 2005

Endereço para correspondência

Fabiano Pries Devide

Rua Barão da Torre, 445, Apto. 401

Ipanema – Rio de Janeiro – RJ

CEP 22411-003